

O *Ethos* Secretária Executiva no Filme “A Assistente”: um Estudo sobre Estratégias Discursivas e Feminismo

Alessandra Gabriella Bernardo da Silva¹

Danielle Silva Stanford²

Louis Guillaume Théodore Bueno Santos Martins³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de construção discursiva do *ethos* secretária executiva a partir da personagem Jane no filme “A Assistente”, lançado no Brasil em 2020. Buscou-se compreender como as representações sociais dessa profissão são veiculadas no cinema e refletem as dinâmicas de gênero e as percepções culturais acerca da mulher no ambiente de trabalho. Utilizamos os pressupostos teóricos de Ruth Amossy (2008) e outros estudos sobre feminismo para abordarmos a relação entre a construção do *ethos* e os discursos que atravessam o cotidiano de uma secretária executiva. A metodologia adotada é qualitativa, centrada na Análise de Discurso, o que contribui para uma avaliação crítica das estratégias discursivas utilizadas para forjar o *ethos* secretária executiva. Observa-se que a veiculação de estereótipos sobre a secretária executiva nos oferece uma reflexão crítica sobre as hierarquias de gênero e a invisibilização das mulheres em ambientes corporativos, bem como se revela um importante instrumento para discutir a representação da mulher no contexto contemporâneo.

Palavras-chave: *Ethos*; Secretária Executiva; Discurso; Feminismo; Cinema.

ABSTRACT

This study aims to analyse the discursive construction process of the executive secretary's *ethos* through the character Jane in the film "The Assistant," released in Brazil in 2020. We intend to understand how the social representations of this profession are showed in cinema and how they reflect gender dynamics and cultural perceptions of women in the workplace. We used the theoretical basis of Ruth Amossy (2008) and other feminist studies to explore the relation between the construction of *ethos* and the discourses that permeate the daily routine of an executive secretary. The methodology is qualitative, focusing on Discourse Analysis, that contributes to a critical evaluation of the discursive strategies employed to build the executive secretary's *ethos*. It is observed that the portrayal of stereotypes about the executive secretary provides a critical reflection on gender hierarchies and the invisibility of women in corporate environments, as well as serving as an important tool for discussing the representation of women in the contemporary context.

Keywords: *Ethos*; Executive Secretary; Discourse; Feminism; Cinema.

¹ Graduanda em Secretariado Executivo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

² Graduanda em Secretariado Executivo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

³ Orientador e Professor Adjunto do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É Doutor em Linguística do Texto e do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e realizou Pós-Doutorado em *Sciences du Langage* na *Université Paris XII*.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o papel desempenhado pela secretária executiva, em se tratando da formação acadêmica, da atuação profissional e de como a sua profissão é vista na sociedade entre meio mudanças profundas nas dinâmicas corporativas, tem sofrido uma metamorfose significativa.

Os discursos veiculados em nossas produções culturais como, por exemplo, cinema, música, teatro, literatura, ainda são permeados por representações sociais estereotipadas dessas profissionais, principalmente, no que diz respeito à estética, às relações de gênero e às atividades que exercem em suas rotinas nos ambientes organizacionais. Essas representações estão arraigadas no universo patriarcal que cria hierarquias sociais por meio das quais a inserção e a atuação da mulher na esfera do trabalho são sempre desvalorizadas e invisibilizadas.

Nessa perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar como ocorre o processo de construção discursiva do *ethos* secretária executiva, por meio da personagem Jane, no filme “A Assistente”, lançado no Brasil em 2020. Ademais, como objetivos específicos, buscamos identificar e analisar, à luz da Análise do Discurso e das premissas do feminismo, com as representações sociais são veiculadas nos discursos que compõem o nosso *corpus* e como atravessam o cotidiano do profissional de Secretariado Executivo.

Acreditamos que o referido filme é um gênero discursivo essencial para abordamos esses objetivos, pois o enredo e as relações estabelecidas pelas personagens ao longo da trama nos permitem refletir criticamente, por meio da linguagem, sobre a dinâmica de poder e as experiências vivenciadas pelas profissionais da área nos ambientes organizacionais.

Face ao exposto, a questão norteadora desta pesquisa é: **Como é construído discursivamente o *ethos* secretária executiva no filme “A Assistente”?**

Para desenvolvermos as análises discursivas do presente estudo, apoiamo-nos em questões fundamentais evocadas pelo feminismo, como igualdade de gênero e representação feminina, uma vez que esses elementos refletem diretamente nas práticas e percepções das profissões predominantemente exercida por mulheres, especificamente a de secretária executiva.

Além disso, foi necessário explorarmos a evolução histórica da profissão secretária executiva, observando-se minuciosamente as mudanças na formação, na atuação e nas práticas ao longo do tempo e as respectivas influências dos contextos sociais e culturais. Esse

viés nos proporcionou uma compreensão mais precisa sobre como o papel desempenhado pela secretária executiva tem sido construído e transformado em razão da participação da mulher nas mais diversas esferas sociais.

Este artigo está organizado em duas partes. Na primeira parte, são apresentados pressupostos teóricos sobre a construção do *ethos* discursivo, o desenvolvimento histórico da profissão secretária executiva, os movimentos feministas e suas reivindicações.

2 ETHOS: PRESSUPOSTOS DISCURSIVOS

No que diz respeito à compreensão do *ethos*, os filósofos e pensadores discutem desde os tempos antigos como os significados são associados às palavras. Nesse contexto, Aristóteles demonstrou a relevância da personalidade do orador em suas explorações retóricas e as suas relações com a linguagem.

Aristóteles (1998) afirma que a retórica é a habilidade de discernir, em cada caso específico, quais argumentos banais podem levar à persuasão. Nessa definição destaca-se o *ethos*, que é a credibilidade percebida, ou seja, a confiança transmitida pelo orador. Diferentemente de muitas outras formas de comunicação cujo objetivo é informar ou instruir um público a respeito de um tópico, a argumentação alcança seu objetivo principal (persuadir) quando o orador faz uso de um discurso persuasivo na intenção de impactar sua plateia de formas que vão além dos argumentos.

O mencionado pensador também destaca a existência de três provas retóricas, a saber: argumentos lógicos (*logos*); emoção (*pathos*); credibilidade do orador (*ethos*). Nesse particular, é fundamental criar uma impressão emocional, atrair e fundamentar os argumentos em sentimentos, além de oferecer um discurso persuasivo para convencer o público. Essa ideia de persuasão por meio da credibilidade e confiança do orador é basilar para compreendermos o papel do *ethos* discursivo.

Em se tratando dos Estudos Linguísticos, Maingueneau (2008, p. 14) discute em sua obra intitulada “A propósito do *ethos*” uma formulação conceitual realizada por Gibert (século XVIII), a qual sintetizava o tríptico aspecto da retórica clássica como sendo a influência dos argumentos, das paixões e das condutas na persuasão.

Ademais, Foucault (2008, p.107) desenvolve uma visão complementar ao argumentar que o sujeito do enunciado não deve ser necessariamente equiparado ao autor da formulação. Essa abordagem problematiza as noções tradicionais de autoria e sujeito no discurso, ressaltando a complexidade da construção discursiva e sua relação com o *ethos*,

pois:

Ele não é, na verdade, causa, origem ou ponto de partida do fenômeno da articulação escrita ou oral de uma frase; não é, tampouco, a intenção significativa que, invadindo silenciosamente o terreno das palavras, as ordena como o corpo visível de sua intuição; não é o núcleo constante, imóvel e idêntico a si mesmo de uma série de operações que os enunciados, cada um por sua vez, viriam manifestar na superfície do discurso.

Por um longo período, o conceito de *ethos* foi majoritariamente concebido como uma projeção da moralidade por parte do orador, pois conforme argumenta Amossy (2008, p. 10), uma considerável parcela do poder persuasivo do discurso é atribuída ao caráter moral. Ao revisitar os elementos da retórica clássica, Roland Barthes define o *ethos* como:

os atributos de caráter que o orador deve demonstrar perante o público (independentemente de sua sinceridade) para causar uma impressão positiva: é a sua postura [...]. O orador comunica uma informação e, ao mesmo tempo, declara: sou assim, não de outra forma (Barthes, *apud* Amossy, 2008, p. 10).

Assim, observa-se que o orador utiliza qualidades específicas para construir uma imagem positiva de si mesmo. Maingueneau (2008) também discute como essas qualidades são fundamentais para a eficácia do discurso persuasivo, destacando-se a importância da prudência (*phronesis*) na condução de uma análise criteriosa do discurso, da benevolência (*eunóia*) na transmissão de uma impressão agradável do orador e da virtude (*aretè*) na projeção de uma ideia de simplicidade e sinceridade. Esses elementos não apenas contribuem para a construção da imagem do orador, mas também desempenham um papel crucial na persuasão do público-alvo.

No nível discursivo, Foucault (1996) afirma que socialmente existem narrativas e textos que se destacam pela sua importância e persistência como, por exemplo, discursos que são contados e recontados, variados de acordo com as circunstâncias e que incluem fórmulas, textos ritualizados e conjuntos de discursos que são mantidos e transmitidos ao longo do tempo.

O referido autor afirma que esses discursos são distintos daqueles que surgem no dia a dia e desaparecem após serem pronunciados, pois permanecem relevantes, inspirando novos atos de fala que os retomam, transformam ou comentam. Destacam-se os discursos religiosos, jurídicos, literários e até mesmo científicos, os quais não apenas refletem, mas também moldam o contexto em que são produzidos e recebidos, influenciando a forma como as pessoas pensam e se comportam.

Nesse viés, Maingueneau (2008, p. 18) argumenta que:

Qualquer coisa, leitor ou ouvinte um pouco atento percebe muito bem que a identidade de um discurso não é somente uma questão de vocabulário ou de sentenças, que ela depende de fato de uma coerência global que integra múltiplas dimensões textuais, mas as análises propostas a esse leitor ou ouvinte nunca tratam disso.

Portanto, para abordarmos a constituição do *ethos* discursivo, torna-se primordial contextualizar os discursos, os interlocutores e suas intenções, a cena enunciativa, entre outros. O discurso não é uma mera ferramenta de transmissão de informações, mas sim um elemento capaz de desvelar e também influenciar comportamentos como, por exemplo, a organização do poder. Isto é, linguagem e contextos discursivos são elementos basilares para que possamos compreender como o *ethos* é construído em relação às representações sociais, históricas e culturais que circulam em nosso cotidiano.

Para as análises desenvolvidas nesta pesquisa adotamos a definição de *ethos* estabelecida por Amossy (2008, p. 9), em sua obra intitulada “Imagem de si no discurso”:

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si. [...] A apresentação de si não se limita a uma técnica apreendida, a um artifício: ela se efetua, frequentemente, à revelia dos parceiros, nas trocas verbais mais corriqueiras e mais pessoais.

Face ao exposto, torna-se relevante compreendermos as relações estabelecidas entre o *ethos* que é construído discursivamente por meio de personagens no cinema, novela, teatro e demais manifestações culturais, pois estas esferas reverberam e também moldam, significativamente, os imaginários sociais que atravessam as nossas atividades de linguagem.

Os pressupostos teóricos de Amossy (2008) nos permitiram compreender discursivamente como o *ethos* secretária executiva é construído a partir da personagem Jane (Julia Garner), e como as suas ações e experiências refletem elementos intrínsecos às relações de gênero nos mais diversos ambientes organizacionais.

Na seção a seguir, apresentamos algumas características do desenvolvimento histórico da profissão secretária executiva.

3 PERCURSOS HISTÓRICOS DA PROFISSÃO SECRETÁRIA EXECUTIVA

Ao longo da evolução histórica do Secretariado Executivo, é possível identificar as

origens da profissão na Idade Antiga, período em que os escribas desempenhavam um papel essencial. Segundo Nonato Júnior (2009, p. 81):

O escriba era a personagem da antiguidade que dominava amplos conteúdos intelectuais, principalmente a escrita, o que significava um grande privilégio nesta época. [...] Cabia ao escriba exercer funções de secretário, copista, contador, geógrafo, arquivista, historiador, linguista e escritor [...].

De acordo com Sabino e Marchelli (2009), os escribas pertenciam a uma classe culta e altamente respeitada naquela época devido à proximidade com os governantes, que lhes concediam acesso irrestrito a determinadas áreas proibidas ao público, bem como devido ao domínio que possuíam acerca da leitura e escrita, habilidades que eram consideradas raras até mesmo entre os faraós. Segundo informações que constam do *site* da Federação Nacional das Secretárias e Secretários (FENASSEC), durante o Baixo Império Romano, os escribas, posteriormente chamados de secretários, desempenhavam uma função de taquígrafos e, nesse período, a estenografia tornara-se comum, desempenhando um papel significativo nos escritórios da administração pública.

Em latim, a origem do vocábulo Secretariado e Secretário está relacionada às raízes em *Secretarium* e *Secretum*, “respectivamente significam, lugar retirado, conselho privado e segredo, retiro, local particular, mistério” (Nonato Júnior, 2009, p. 82). Esse autor, menciona que tanto a maneira como essas palavras foram escritas quanto seus significados sofreram alterações, uma vez que o desenvolvimento linguístico dos termos voltados para essa profissão reflete o quão intrincado eram os papéis dos escribas nos tempos antigos.

Conforme informações divulgadas pela FENASSEC, na Idade Média, a função do secretário quase desapareceu devido às condições políticas, econômicas e sociais. Em parte, essa responsabilidade foi assumida pelos monges em mosteiros, embora não atuassem estritamente como secretários, mas sim como copistas. Na era moderna, o ressurgimento dessa profissão está relacionado à Revolução Comercial e Industrial, pois gerou o retorno da necessidade da função de um secretário, sendo, posteriormente, essa necessidade incorporada à estrutura organizacional das empresas e até a atualidade.

De acordo com Sabino e Marchelli (2009) após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, as primeiras teorias administrativas sobre a estrutura empresarial foram sobre a produção dos trabalhadores, a liderança da empresa e as relações interpessoais nas organizações. Essas ideias conduziram à nomeação da profissão como “secretária” com predominância feminina, uma mudança influenciada pelo recrutamento de homens para o serviço militar durante as duas grandes guerras globais que aconteceram na primeira metade do século 20. Ademais, as mulheres passaram a ser inseridas nas esferas de trabalho fora do

ambiente doméstico, ampliando-se, as suas formas de atuação social, ainda que estas fossem quase uma extensão do lar e de suas atribuições reducionistas.

Reis (2012, p. 45) argumenta:

É após a Primeira Guerra Mundial que o vestuário feminino de fato passa por uma revolução, uma vez que agora as mulheres são vestidas para o trabalho. É curioso notarmos que esse mesmo período histórico é o que marca a adentrada feminina no campo de trabalho secretarial, o que nos leva postular um tangenciamento de acontecimentos: transformação nos trajes femininos corporativos e introdução das mulheres na profissão de secretariado. Tal tangenciamento, a nosso ver, é o que corrobora para que a roupa de trabalho seja assinalada como tão constitutiva da identidade (imagética) da secretária.

A chegada das multinacionais a partir da década de 1950 impulsionou o destaque da presença feminina como secretária no Brasil, pois as mulheres já estavam presentes nas culturas organizacionais dessas empresas. Conforme mencionado por Reis (2012) a entrada de multinacionais no setor de secretariado trouxe uma nova dinâmica, uma vez que as secretárias assumiram funções técnicas como datilografia, taquigrafia, anotações de recados e atendimento telefônico. Essa mudança refletia o papel tradicionalmente maternal e submisso da mulher na estrutura familiar da época e, por conseguinte, a relação entre uma secretária e seu chefe costumava refletir os padrões domésticos da época, a maioria dos quais era de subserviência.

Determinadas características físicas eram consideradas muito importantes quando as secretárias eram escolhidas na década de 1960, o que favoreceu a criação e a manutenção de representações sociais arraigadas acerca da profissão em relação às habilidades necessárias para a atuação destas. Reis (2012, p. 24) argumenta que:

Ter uma secretária, nessa época, era sinônimo de *status* para empresários e ela passa a ser considerada “o cartão de visita das empresas”. Nesse sentido, os atributos físicos (ou seja, a beleza) tornam-se um critério para contratação, prática que levou a uma desvalorização da profissional: esta era considerada como um “artigo decorativo” nos escritórios.

Além disso, a estabilidade do emprego tornou-se incerta devido aos avanços tecnológicos, crises econômicas e mudanças na organização do trabalho. Conforme informações do *site* do Sindicato das Secretárias(os) do Estado de São Paulo (SINSESP):

Particularmente no Brasil (década de 1970), Delfim Netto promoveu “o milagre brasileiro” e as multinacionais se instalaram por aqui. Nesta época, secretárias com conhecimentos do idioma inglês se destacavam no mercado, muitas participavam de reuniões em multinacionais com estrangeiros e precisavam fazer as atas em português, mesmo que a reunião tivesse sido em inglês, secretárias que taquigrafavam tinham salários diferenciados. As máquinas de datilografia eram manuais e as elétricas apontavam no mercado e foi solicitado rapidez e precisão

nos trabalhos, máquinas elétricas com corretivo dispensavam perdas de papéis e a necessidade de datilografar novamente.

Conforme informações veiculadas pelo SINSESP, em 1976, foi fundada a Associação Brasileira de Entidades de Secretárias (ABES), composta por entidades de vários estados, como Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e Sergipe.

Mister ressaltar que o documento n. 6.556/78, de 5 de setembro de 1978, foi o primeiro reconhecimento oficial da profissão de secretária do país, apesar de ser um marco significativo, ainda carecia de regulamentação e não atendia totalmente às necessidades da categoria.

O campo do Secretariado no Brasil passou por mudanças significativas, especialmente com a formalização da profissão por meio da Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985. Posteriormente, essa legislação foi alterada pela Lei nº 9.261, de 10 de janeiro de 1996, adaptando-se às novas demandas da profissão *in verbis*:

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, é considerado

I - Secretário-Executivo: (Redação dada pela Lei nº 9.261, de 10 de janeiro de 1996)

- a) O profissional diplomado no Brasil por Curso Superior de Secretariado, legalmente reconhecido, ou diplomado no exterior por Curso Superior de Secretariado, cujo diploma seja revalidado na forma da lei; (Incluído pela Lei nº 9.261, de 10 de janeiro de 1996);
- b) Portador de qualquer diploma de nível superior que, na data de início da vigência desta lei, houver comprovado, através de declarações de empregadores, o exercício efetivo, durante pelo menos trinta e seis meses, das atribuições mencionadas no art. 4º desta lei; (Incluído pela Lei nº 9.261, de 10 de janeiro de 1996).

II - Técnico em Secretariado: (Redação dada pela Lei nº 9.261, de 10 de janeiro de 1996)

- a) O profissional portador de certificado de conclusão de Curso de Secretariado, em nível de 2º grau; (Incluído pela Lei nº 9.261, de 10 de janeiro de 1996);
- b) O portador de certificado de conclusão do 2º grau que, na data da vigência desta lei, houver comprovado, através de declarações de empregadores, o exercício efetivo, durante pelo menos trinta e seis meses, das atribuições mencionadas no art. 5º desta lei. (Incluído pela Lei nº 9.261, de 10 de janeiro de 1996).

De acordo com informações do Senado Federal, a mencionada lei estabeleceu que somente profissionais com formação em Secretariado Executivo ou Técnico em Secretariado estavam habilitados a exercer a profissão, salvo em situações excepcionais previstas pela legislação. Em suma, a lei definiu as bases para a atuação dos profissionais da área, conferindo-lhes reconhecimento legal e delineando suas atribuições e competências (Brasil, 2005).

Essa lei estabeleceu as atribuições dos cargos de secretário e secretário executivo *in verbis*:

Art. 4º - São atribuições do Secretário Executivo:

- I - planejamento, organização e direção de serviços de secretaria;
- III - coleta de informações para a consecução de objetivos e metas IV - redação de textos profissionais especializados, inclusive em idioma estrangeiro;
- V - interpretação e sintetização de textos e documentos;
- VI - taquigrafia de ditados, discursos, conferências, palestras de explanações, inclusive em idioma estrangeiro;
- VII - versão e tradução em idioma estrangeiro, para atender às necessidades de comunicação da empresa;
- VIII - registro e distribuição de expedientes e outras tarefas correlatas;
- IX - orientação da avaliação e seleção da correspondência para fins de encaminhamento à chefia;
- X - conhecimentos protocolares.

Art. 5º - São atribuições do Técnico em Secretariado:

- I - organização e manutenção dos arquivos de secretaria;
- II - classificação, registro e distribuição da correspondência;
- III - redação e datilografia de correspondência ou documentos de rotina, inclusive em idioma estrangeiro;
- IV - execução de serviços típicos de escritório, tais como recepção, registro de compromissos, informações e atendimento telefônico de empresas.

Outro marco fundamental para o desenvolvimento da profissão está relacionado à fundação, em 31 de agosto de 1988, da Federação Nacional das Secretárias e Secretários (FENASSEC). No entanto, apenas em 7 de março de 1990, essa entidade foi oficializada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A FENASSEC é uma entidade nacional composta por vinte e quatro sindicatos e tem como objetivo representar e fortalecer a profissão secretarial. O escopo de atuação dessa instituição está voltado para o estudo, a coordenação, a proteção, a defesa e a orientação da categoria profissional e, com efeito, para o aumento do reconhecimento e da valorização da profissão (FENASSEC, 1988).

Segundo o estudo de Medeiros e Hernandez (2010, p. 317):

Anteriormente, o executivo ditava cartas que a secretária datilografava. Hoje, o executivo digita sua correspondência e a envia por fax ou *e-mail*, ou delega totalmente à secretária a redação e assinatura da carta. As tarefas de uma secretária compreendiam recepção e envio de documentos, atendimento telefônico, de visitas, manutenção de arquivo e agenda, marcação de reunião, provisão de material de escritório.

Ao observarmos o desenvolvimento da profissão secretário executivo, torna-se notório o progresso da sua formação e da atuação nos ambientes organizacionais, assumindo e desempenhando diversas atividades gerenciais. No entanto, é fundamental destacar que, ao considerar a participação das mulheres no contexto profissional, essa jornada histórica evidencia cotidianos permeados por práticas racistas, machistas, sexistas e patriarcais, as quais atuam diretamente na configuração estereotipada da profissão secretarial.

Historicamente, o papel desempenhado por esse profissional em ambiente dinâmico

reflete mudanças nas necessidades organizacionais e mudanças sociais mais amplas como, por exemplo, àquelas em que a evolução da tecnologia levou esses profissionais a aprender novas habilidades e assumir novas responsabilidades. No entanto, questões de gênero e preconceitos arraigados ainda afetam como esses profissionais são percebidos e tratados em seus locais de trabalho.

De acordo com Reis e Marreiro (2018), é inegável que, embora a profissão tenha contribuído para a ascensão da mulher no mercado de trabalho, especialmente, no início do século XX, sua inserção profissional muitas vezes refletia a condição marginalizada das mulheres em uma sociedade heterossexista e androcêntrica. Isso evidencia que a construção da identidade profissional do secretariado foi marcada por mudanças contraditórias, influenciadas por conflitos de classe social e gênero.

Em se tratando da formação acadêmica em Secretariado Executivo, é fundamental reconhecermos a trajetória social e histórica da educação brasileira, que se iniciou com os primeiros esforços de catequese e se desenvolveu ao longo dos séculos, alcançando avanços significativos na contemporaneidade. Nesse processo, também podemos observar que diversas barreiras foram impostas para que o acesso de mulheres ao ensino superior fosse interdito ou limitado, o que nos leva a considerar a relevância dos movimentos feministas para com os processos de formação e atuação dos profissionais de Secretariado Executivo.

De acordo com Nonato Júnior (2009) em 1969, na Bahia, foi criado o primeiro curso de Secretariado Executivo estabelecido na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e reconhecido em 1998. De acordo com Nonato Júnior (2009, p. 33) “O curso pioneiro a obter reconhecimento oficial, no entanto, foi o da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Recife, no ano de 1978 [...]”.

A formação acadêmica, de modo geral, seguiu novas perspectivas, a partir do Parecer CNE/CES nº 67, de 11 de março de 2003.

No exercício daquela competência, a CNE/CES, em 3/12/97, aprovou o Parecer 776/97, com o propósito de servir de orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, definindo ali que as referidas diretrizes devem “se constituir em orientações para a elaboração dos currículos; ser respeitadas por todas as IES; e assegurar a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes (Brasil, 2003, p. 2).

Em conformidade ao estabelecido pelo Parecer CNE/CES nº 67, as instituições de ensino superior devem estar comprometidas com o fornecimento a todos de uma formação moderna e útil. No curso de Secretariado Executivo, a estrutura curricular é composta por disciplinas, estágios e atividades que permitem aos egressos interagirem com diferentes

áreas de formação e atuação.

De acordo com a Resolução n. 3, de 23 de junho de 2005, Artigo 3º:

Art. 3º O curso de graduação em Secretariado Executivo deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões que envolvam sólidos domínios científicos, acadêmicos, tecnológicos e estratégicos, específicos de seu campo de atuação, assegurando eficaz desempenho de múltiplas funções de acordo com as especificidades de cada organização, gerenciando com sensibilidade, competência e discrição o fluxo de informações e comunicações internas e externas (Brasil, 2005, p. 02).

Além disso, o parágrafo único da referida resolução complementa que:

O bacharel em Secretariado Executivo deve apresentar sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise, interpretação e articulação de conceitos e realidades inerentes à administração pública e privada, ser apto para o domínio em outros ramos do saber, desenvolvendo postura reflexiva e crítica que fomente a capacidade de gerir e administrar processos e pessoas, com observância dos níveis graduais de tomada de decisão, bem como capaz para atuar nos níveis de comportamento microorganizacional, mesoorganizacional e macroorganizacional (Brasil, 2005, p. 02).

O profissional de secretariado executivo continua a evoluir constantemente, adaptando-se às exigências atuais e reafirmando a importância de uma formação sólida e abrangente, que integra conhecimentos técnicos, científicos e humanísticos. Essa formação prepara os acadêmicos e futuros profissionais para os desafios organizacionais, além de contribuir para a valorização e o reconhecimento contínuo da profissão, assegurando seu papel relevante na sociedade atual.

Nos últimos anos, outro fator que influenciou drasticamente a formação e a atuação de secretários executivos foi a Pandemia da COVID-19. De acordo com dados fornecidos pelo Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), em 2019, a pandemia de COVID-19 iniciou-se em Wuhan, China. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a situação como uma pandemia.

A pandemia forçou radicalmente a inserção do uso de novas tecnologias de informação e comunicação em nosso cotidiano para a nossa sobrevivência e também para a nossa atuação laboral. Por conseguinte, os profissionais de secretariado executivo enfrentaram uma nova realidade devido às mudanças causadas pela pandemia, uma vez que houve um aumento exponencial das demandas acerca de ferramentas digitais, tornando-se imperioso dominar, aperfeiçoar e ampliar os seus usos.

Alguns termos utilizados para as atividades laborais se destacaram durante a pandemia como, por exemplo, trabalho remoto, teletrabalho e *home office*. Conforme o artigo 75-B da

lei 13.467/2017 que estabeleceu regras para o teletrabalho no Brasil, a definição de teletrabalho é:

Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo (Brasil, 2017).

Segundo Linard (2022, p. 19), para um grande número de pessoas ao redor do mundo, escolher o *home office* como uma nova realidade vem exigindo uma rápida adaptação às tecnologias essenciais de comunicação

O *home office* tornou-se uma realidade para boa parte da população mundial e as pessoas precisavam se adaptar às tecnologias, que se tornou uma ferramenta necessária de comunicação entre as pessoas, ou, sem utilizar as ferramentas tecnológicas, a vida dessas pessoas iria parar.

A área de Secretariado Executivo também enfrentou várias dificuldades durante a pandemia de COVID-19, o que, significativamente, a compeliu a ressignificar barreiras, criando-se, dentro do possível, novas oportunidades. A relação que havia entre esses profissionais e a tecnologia foi profundamente modificada, forçando o estreitamento das relações estabelecidas pelos usos de ferramentas como computadores, celulares e redes sociais, uma vez que se tornaram essenciais para comunicação e também para a produtividade durante o teletrabalho imposto pela pandemia.

Adelino e Silva (2012, p. 17) argumentam que:

Além do computador, há outras ferramentas de TI que podem tornar mais ágil o trabalho diário do secretário. Dentre elas, merecem destaque as redes de compartilhamento que podem ser internas como é o caso da intranet, ou aquelas que ligam o ambiente de trabalho à rede mundial de computadores – internet, o que facilita a comunicação e o trânsito das informações dentro das organizações.

Assim, a utilização de alguns aplicativos de mensagens como, por exemplo, *WhatsApp* e *Telegram* na pandemia transformou-se de pessoal e informal para um meio de comunicação mais profissional. Além disso, serviços de videoconferência como *Zoom*, *Google Meet* e *Microsoft Teams* também foram essenciais para o desenvolvimento e a modificação de várias atividades e interações humanas na pandemia.

Significativamente, o isolamento social aumentou o uso de ferramentas essenciais para manter os relacionamentos, a realização de atividades e garantindo que os profissionais conseguissem continuar trabalhando durante esse período pandêmico. A dependência do uso dos meios de comunicação acabou crescente durante e após a pandemia devido à impossibilidade de interação física nesses contextos (Ribeiro *apud* Rodrigues; Muchael;

Soares, 2023).

De acordo com Kolling, Frohlich e Vigorena (2022, p. 83):

O secretário executivo possui um perfil destemido e empreendedor, o que possibilita a atuação remota, ou seja, o trabalhar de sua própria casa. Essa nova forma de atuação se iniciou com a consultoria, em que o secretário assessora diversas pessoas pelo computador/telefone e outras ferramentas, por meio de contrato de prestação de serviços, não havendo vínculo empregatício.

Esses argumentos anteriores dialogam com os pressupostos apresentados há algumas décadas por Lasta e Durante (2008, p. 7):

Trata-se de um perfil multifuncional, desenvolvendo uma visão abrangente do cotidiano secretarial e organizacional e um conjunto de atividades diversificadas e que exigem conhecimentos de várias áreas, atividades estas repletas de imprevistos e que necessitam de soluções urgentes.

A capacidade de adaptação e a competência para atuar como secretários executivos também são bastante relevantes no contexto pós-pandemia. Por um lado, durante a pandemia de COVID-19, muitos profissionais de secretariado enfrentaram desafios significativos ao se ajustarem às novas tecnologias e ao ambiente de trabalho remoto. Por outro, ao longo desse período, esses profissionais acumularam um vasto repertório de conhecimentos que dialogam com as novas modalidades de trabalho inerentes aos diversos ambientes organizacionais. Esse repertório envolve a familiarização com ferramentas tecnológicas, a habilidade para trabalhar remotamente e a proficiência na comunicação virtual, dentre outros.

Em se tratando do impacto da pandemia na atuação da mulher em suas atividades profissionais, torna-se fundamental mencionar que

A mulher que opta por constituir família e ter uma carreira profissional pode, no trabalho presencial, se desvincular do ambiente de sua casa e exercer suas atividades profissionais sem as interferências acarretadas pelo cuidado com o lar, porém, no momento em que o trabalho passa a ser realizado em sua casa, essa divisão passa a não existir (Melo, 2021, p. 8).

Segundo Melo (2021) com a pandemia e a imposição do trabalho *home office*, as mulheres se viram na posição de equilibrar as responsabilidades profissionais com as tarefas domésticas. Estar em casa significava, quase automaticamente, assumir o cuidado com o lar, acumulando funções que antes poderiam ser separadas.

A seguir, são apresentadas algumas características dos movimentos feministas e suas contribuições para as nossas relações cotidianas.

4 FEMINISMOS: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS

Historicamente, às mulheres são impostos padrões idealizados por uma sociedade majoritariamente branca, elitista, heteronormativa e patriarcal. Nesse contexto, elas são frequentemente privadas de acesso à educação e aos direitos fundamentais, além de sofrerem diversos tipos de violência e serem constantemente objetificadas. Antigos padrões arraigados de subordinação ainda encontram respaldo em nossas produções discursivas como, por exemplo, no cinema, nas artes, na legislação e em textos religiosos, dentre outras.

De acordo com Siqueira e Bussinguer (2020), o papel das mulheres culturalmente aceito era limitado ao espaço privado e associado a um *status* inferior, sendo esperado que servissem às etnias consideradas “superiores”. A escravidão, a misoginia e a exploração das classes subalternas foram opressões que ganharam novos contornos a partir de uma nova perspectiva.

A subordinação da mulher ao universo masculino é um espectro profundamente enraizado em nossa cultura, uma vez que, historicamente, as mulheres eram tratadas como propriedade dos homens, inicialmente dos pais e, após o casamento, dos maridos. O homem a quem a mulher estava subordinada detinha autoridade plena para determinar todos os aspectos de sua vida.

Em contrapartida, exaustas de viverem em submissão e de arcarem com responsabilidades que a sociedade considerava de menor valor, além de enfrentarem uma desigualdade de direitos legais, as mulheres têm empreendido, por meio dos movimentos feministas, múltiplas transformações em suas identidades e nos imaginários sociais.

Esses momentos são amplamente reconhecidos como marcos históricos significativos, conforme destaca Mariana Coelho (2002, p. 44), ao afirmar: “Quero sugerir a existência de pelo menos quatro momentos áureos na história do feminismo”. Esses períodos, que se desdobram ao longo do tempo, são delineados por quatro ondas fundamentais do movimento feminista, cada uma refletindo e respondendo às dinâmicas sociopolíticas de suas respectivas épocas. Por meio dessas ondas, é possível observar uma evolução contínua do pensamento feminista, que tem sido fundamental para a redefinição dos direitos e papéis sociais das mulheres, consolidando avanços em direção à igualdade de gênero.

O movimento feminista iniciou sua trajetória com o objetivo de emancipar as mulheres e acabar com a opressão histórica que as colocava em uma posição subalterna. Com o passar do tempo, especialmente no século passado, o foco do movimento evoluiu para a busca da igualdade de direitos, ao mesmo tempo em que procurava reconhecer e equilibrar as

diferenças entre os gêneros. As primeiras demandas das mulheres incluíam a conquista de direitos fundamentais, como o voto e a igualdade nos direitos familiares, incluindo o direito à herança. Essa evolução nas reivindicações e objetivos do movimento é detalhada por Bobbio (1986).

No cenário global, as transformações sócio-históricas propiciaram um aumento substancial nos estudos dedicados ao papel da mulher. No final do século XIX, o pensamento feminista começou a ganhar destaque por meio de diversas abordagens teóricas, conforme observado por Matos (1997).

A segunda onda do feminismo, ocorrida entre as décadas de 1960 e 1980, destacou-se por sua ênfase na busca por uma igualdade que transcendesse o plano jurídico-formal, embora os direitos das mulheres tivessem sido assegurados em grande parte dos países, a igualdade entre os gêneros permanecia distante na prática. Os movimentos desse período passaram a questionar as razões subjacentes à persistente submissão das mulheres, levantando debates sobre a possibilidade de uma suposta inferioridade natural em relação aos homens como justificativa para a desigualdade observada. Nesse contexto, surgem questionamentos profundos sobre a construção social da identidade feminina, levando à indagação: o que significa ser mulher? Nesse período, as reflexões de importantes pensadoras como Simone de Beauvoir, Carol Hanisch e Betty Friedan ganham destaque, contribuindo significativamente para a redefinição dos conceitos de mulher e feminilidade (Campoi, 2011).

Miguel e Biroli (2014) ressaltam a importância seminal de Simone de Beauvoir na segunda onda do feminismo. Sua obra *O Segundo Sexo* (1949) é amplamente reconhecida por sua análise incisiva e profunda da opressão feminina e da construção social da identidade de gênero. Segundo os autores, o trabalho de Beauvoir não apenas lançou uma crítica poderosa ao patriarcado, mas também forneceu uma base teórica essencial que impulsionou as discussões e o ativismo feminista nas décadas seguintes. Na obra, a autora argumenta que as diferenças entre homens e mulheres são construções sociais e não biológicas:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo. (Beauvoir, 1967, p. 9).

A partir da década de 1970, com o ingresso crescente das mulheres nas universidades, iniciou-se um movimento significativo em prol da afirmação do papel feminino na história.

Esse avanço proporcionou maior visibilidade à cultura feminina, refletida na expansão da produção teórica dedicada a essa temática (Rago, 2013).

A evolução dos estudos sobre a mulher e gênero na esfera acadêmica é detalhada por Bandeira (2008), que enfatiza o papel do pensamento feminista na revisão das racionalidades científicas estabelecidas. Segundo essa pesquisadora, o feminismo desafiou as normas do conhecimento científico predominante – que historicamente sustentaram a dominação masculina – criando-se assim um campo de estudo centrado nos interesses das mulheres, o qual introduziu o conceito de gênero como um conhecimento contextualizado historicamente, moldado pelas dinâmicas sociais e pelas desigualdades de poder entre os sexos.

As transformações históricas recentes têm promovido uma expansão significativa nos estudos que integram a perspectiva feminina. Essas tendências revelam uma nova dimensão política nas experiências cotidianas, instigando uma análise mais profunda das mudanças nas estruturas sociais, familiares e acadêmicas, bem como no papel das mulheres (Matos, 1997).

O feminismo contribuiu de maneira fundamental para o avanço do conhecimento científico ao questionar as análises tradicionais, que frequentemente adotavam uma visão dicotômica e desconsideravam a dimensão de gênero. Em contraste, o feminismo introduziu uma abordagem histórico-relacional, que investiga a interação entre sexo/gênero, raça/etnia e classes sociais, oferecendo uma compreensão mais complexa e integrada desses fatores (Prá, 1997).

Entre o final do século XIX e meados do século XX, o feminismo se desenvolveu através de diversas correntes teóricas, o que dificulta a formulação de uma definição única e consensual. Embora o marxismo tenha desempenhado um papel central no pensamento feminista, o campo se expandiu para abranger também a Psicanálise, bem como as abordagens pós-estruturalistas e pós-modernas (Sorj, 1992). Em termos gerais, os fundamentos do liberalismo, com seu foco no individualismo, e do socialismo, com sua ênfase na igualdade, estabeleceram a base sobre a qual se construíram os primeiros pressupostos do pensamento crítico feminista (Bandeira, 2008).

Em síntese, no contexto da primeira onda feminista, as mulheres buscaram afirmar sua cidadania por meio do sufrágio e superar os obstáculos legais à igualdade de gênero, caracterizando o feminismo liberal. Essa onda emergiu durante a Revolução Francesa, promovendo ideais liberais que perduram até os dias atuais, nos quais as mulheres almejam a obtenção de direitos equivalentes aos dos homens, como respeito, igualdade de condições de trabalho e paridade salarial.

A segunda onda, marcada pela expansão do feminismo radical, disseminou-se globalmente através de movimentos sociais. Nessa fase, a mulher foi abordada como vítima de opressão masculina, trazendo à tona uma nova concepção de feminilidade reflexiva, em que as mulheres buscavam reivindicar os direitos e valores que lhes foram historicamente negados por um modelo tradicional e machista. O período compreendido entre 1960 e 1980 marcou a segunda fase do feminismo na luta pelos direitos das mulheres, onde avanços significativos foram alcançados na esfera legal em numerosos países ao redor do mundo. A promulgação de legislações que afirmavam a igualdade de direitos entre os gêneros, em teoria, parecia sinalizar um progresso irreversível em direção à equidade. Contudo, apesar das conquistas jurídicas que garantiam que as mulheres fossem tratadas como iguais aos homens perante a lei, a realidade prática revelava uma discrepância substancial entre o princípio e a prática.

De acordo com Santos (2016), a segunda onda do feminismo, embora tenha promovido avanços significativos, também deixou lacunas importantes que precisam ser reconhecidas para uma análise mais abrangente do movimento. Santos destaca que a abordagem universalista da segunda onda muitas vezes não considerou a diversidade das experiências femininas, particularmente no que diz respeito a questões de raça e classe. A tendência predominante foi tratar a opressão das mulheres de forma homogênea, ignorando as interseccionalidades que afetam profundamente a vida das mulheres em diferentes contextos sociais e econômicos.

Santos (2016) critica o fato de que, enquanto a segunda onda avançava na conquista de direitos legais, não conseguiu abordar adequadamente as diversas formas de desigualdade enfrentadas por mulheres de diferentes origens. Isso resultou em um feminismo que, apesar de suas vitórias jurídicas, falhou em atender às necessidades específicas de mulheres de diferentes raças, classes e etnias. Esse enfoque limitado e frequentemente exclusivista deixou de lado questões cruciais que são essenciais para uma compreensão plena da opressão e da luta por equidade.

A terceira onda do feminismo destacou a diversidade dentro do movimento, enfatizando as demandas de grupos como o movimento negro, homossexuais, lésbicas e transexuais. Um ponto central foi o crescente engajamento das mulheres na política e sua atuação em diversas áreas profissionais anteriormente restritas aos homens.

Em 1993, as Conferências Mundiais, especialmente a Conferência de Direitos Humanos, e, em 1994, a Conferência sobre População e Desenvolvimento, facilitaram a

criação de diversos canais para a disseminação de informações e a troca de experiências. A IV Conferência Mundial da Mulher, juntamente com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Convenção Interamericana, colocou em pauta temas como a prevenção, a punição e a erradicação da violência contra a mulher. Esses eventos fruto de intensas mobilizações e ações femininas, foram determinantes para as mudanças no Código Penal. Graças a essas conquistas, surgiu uma nova perspectiva sobre a sexualidade, que valoriza a autonomia e a liberdade das mulheres, e ajuda a reduzir as desigualdades de gênero (Miranda, 2015).

Álvarez (2014) amplia essa visão ao destacar que a terceira onda do feminismo foi marcada por uma crítica mais profunda ao universalismo das ondas anteriores. A terceira onda não apenas celebrou a diversidade, mas também adotou uma abordagem interseccional que reconheceu e abordou a complexidade das experiências femininas. Álvarez (2014) aponta que, enquanto a segunda onda muitas vezes assumia uma experiência feminina homogênea, a terceira onda procurou incluir as perspectivas de mulheres de diferentes origens, etnias, classes sociais e orientações sexuais. Esse movimento em direção a uma análise mais inclusiva permitiu uma compreensão mais abrangente das múltiplas formas de opressão que afetam as mulheres.

Além disso, Álvarez (2014) observa que a terceira onda do feminismo também se envolveu com a apropriação e reapropriação cultural, onde as feministas procuraram transformar símbolos e práticas tradicionalmente usados para oprimir as mulheres em ferramentas de empoderamento. Essa estratégia não apenas desafiou normas rígidas sobre a feminilidade, mas também promoveu uma construção mais fluida e pluralista das identidades femininas.

Por fim, a quarta onda introduziu o ciberfeminismo, a diversidade de vertentes feministas e a interseccionalidade, além de fomentar a mobilização de coletivos. A disseminação de informações por meio das redes sociais proporcionou estratégias de combate ao racismo, à homofobia, à lesbofobia e à LGBTfobia. Essa onda também destacou as violações aos direitos humanos das mulheres, incluindo direitos sexuais e reprodutivos, por parte de governos que adotam políticas patriarcais e conservadoras, resultando em retrocessos nas políticas públicas voltadas à garantia desses direitos.

Matos (2010) observa que a quarta onda do feminismo no Brasil se distingue pela utilização estratégica das plataformas digitais para amplificar questões de gênero e violência, promovendo uma visibilidade sem precedentes para as problemáticas enfrentadas pelas

mulheres. Segundo a autora, campanhas virais e mobilizações *online* têm desempenhado um papel fundamental na conscientização pública e na busca pela implementação de mudanças sociais e políticas.

Além disso, a referida autora enfatiza que essa onda é marcada por uma abordagem interseccional que incorpora uma diversidade de experiências femininas, considerando fatores como raça, classe e orientação sexual. Essa nova fase do feminismo não apenas adota estratégias digitais inovadoras, mas também expande o escopo das lutas feministas, buscando uma inclusão mais ampla e um impacto significativo nas políticas públicas e na sociedade.

Apesar de todos os avanços e lutas promovidos pelos movimentos feministas ao longo dos últimos séculos, é notório que as mulheres ainda enfrentam, na contemporaneidade, barreiras políticas, patriarcais e culturais, além de serem vítimas de desigualdades de gênero. Muitas são assassinadas por seus (ex)companheiros, e embora desenvolvam atividades fora do lar, são uma minoria em cargos de direção, gerência, coordenação e liderança, recebendo salários inferiores aos dos homens nas mesmas funções. A maioria das mulheres é submetida a diversas formas de violência sexual desde a infância, em ambientes como o lar, a rua, o transporte público, a escola e o trabalho, dentre outros.

Esta pesquisa busca ressaltar o papel desempenhado pelas mulheres secretárias como agentes ativas em suas próprias lutas cotidianas e em reivindicações dentro dos movimentos feministas, ou seja, o propósito é evidenciar que, ao reconhecer e valorizar as especificidades e desafios enfrentados por essas profissionais, é possível fortalecer sua contribuição nas mobilizações e reivindicações feministas.

Assim sendo, é imperativo que as secretárias reconheçam a importância de seu papel nas lutas feministas e se engajem de forma proativa na construção de um ambiente de trabalho que rompa com as amarras do patriarcado que lhe são impostas histórica, cultural e socialmente.

Na seção seguinte, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa.

5 METODOLOGIA DE PESQUISA

Neste artigo é desenvolvida uma pesquisa qualitativa em consonância com os argumentos defendidos por Paiva (2019, p.13), segundo os quais esse tipo de estudo busca compreender alguns fenômenos sociais por meio de análise de experiências individuais ou

coletivas, de interações, de documentos como, por exemplo, textos, imagens, filmes ou música, etc.

De acordo com Martins (2004, p. 292), as abordagens metodológicas qualitativas, em sua maioria, propiciam a análise de microprocessos, mediante o exame das ações tanto individuais quanto coletivas na sociedade, viabilizando assim uma análise abrangente e aprofundada dos dados.

Menezes (2012) destaca que a metodologia qualitativa se distingue pela ênfase na compreensão aprofundada e contextualizada dos fenômenos sociais, sendo crucial para capturar a complexidade das experiências humanas. A autora descreve a metodologia qualitativa como uma abordagem que prioriza a interpretação e a análise dos significados e práticas sociais dos participantes, ao invés de buscar resultados generalizáveis e estatisticamente representativos. Essa abordagem permite uma investigação minuciosa das narrativas, interações e contextos específicos, utilizando técnicas como entrevistas, grupos focais e observações, o que proporciona uma visão mais rica e detalhada dos fenômenos investigados.

A autora supracitada também ressalta que é essencial que o pesquisador pratique a reflexividade, reconhecendo o impacto de suas próprias perspectivas e experiências na interpretação dos dados.

Para a seleção das cenas analisadas na próxima seção, realizamos primeiramente a identificação de passagens no filme nas quais se destacam a caracterização da figura da secretária, a execução das tarefas secretarias e os momentos em que são evocadas problemáticas intrínsecas às relações de gênero enfrentadas pela personagem.

Em seguida, intentamos descrever como o *ethos* secretária executiva é construído e quais são os diálogos estabelecidos com os movimentos feministas, pois essas referências bibliográficas serviram como fio condutor para compreendermos como a ficção está intimamente ligada às barreiras enfrentadas pelas mulheres secretárias executivas em ambientes organizacionais, bem como se relacionam gênero, linguagem e cinema.

As análises dos processos de construção discursiva do *ethos* secretária executiva no filme “A Assistente” nos permitiu examinar as condições e contextos em que os discursos se manifestam, e, por conseguinte, nos propiciou uma compreensão mais profunda acerca das dinâmicas envolvidas.

De modo geral, a metodologia adotada contribuiu para desvelarmos como as representações midiáticas influenciam a construção da identidade profissional da secretária

executiva, fomentando reflexões crítico-reflexivas sobre a interação entre ficção e formação acadêmica e atuação profissional.

6 ANÁLISE DISCURSIVA DOS DADOS

Em um primeiro momento, é importante descrevermos o enredo do filme que compõe o nosso *corpus* de pesquisa para, em seguida, realizarmos as análises dos processos de construção discursiva do *ethos* secretária executiva nas cenas selecionadas, tomando-se como ponto de partida os discursos produzidos pela personagem principal e suas relações com os demais indivíduos e com os imaginários sociais que permeiam o universo feminino.

Vale ressaltar que para este estudo utilizamos o sintagma “secretária executiva” como mais englobante e adequado para abarcamos o vocábulo “assistente”, e também devido ao fato de as atividades desenvolvidas pela personagem serem pertencentes ao âmbito secretarial.

O filme “A Assistente” é uma produção lançada em 2020 no Brasil, sob a direção de Kitty Green e com o roteiro desenvolvido por James Schamus. A obra ilustra o impacto psicológico e emocional dessas práticas abusivas e a dificuldade de se romper com essas amarras no ambiente organizacional. O desenvolvimento da trama concentra-se na personagem Jane, interpretada pela atriz Julia Garner. Jane exerce a função de secretária executiva em uma renomada empresa do setor cinematográfico, coordenada por um influente magnata da indústria do entretenimento. Gradualmente, a trama revela, por meio de uma abordagem sutil e meticulosa, as nuances do assédio e da exploração através da rotina de trabalho de Jane.

Em síntese, o filme suscita em nós, interlocutores, importantes reflexões e debates sobre relações de poder, de gênero e linguagem para além da esfera trabalho e, com efeito, posiciona-se como uma crítica direta à cultura corporativa e aos mecanismos que perpetuam a desigualdade de gênero e os abusos nas suas mais diversas manifestações.

A seguir, são realizadas as análises discursivas dos processos de construção do *ethos* secretária executiva em seis cenas do filme.

Figura 1 – Cena um



Fonte: A Assistente (2021)

A primeira cena escolhida para análise ocorre entre 3 minutos e 20 segundos e 5 minutos e 36 segundos do filme. Nessa sequência, Jane chega mais cedo ao trabalho, organiza sua mesa e prepara o ambiente para o início do expediente. Ela liga as luzes do escritório, prepara o café e, após isso, começa a ligar os computadores de outros assistentes de produção cinematográfica. Ao chegar outro funcionário, Jane o cumprimenta dizendo: “Bom dia”. O funcionário responde com um simples “Oi”, e Jane então pergunta “Como foi o fim de semana?”. O funcionário responde de forma indiferente “Foi bom, eu acho.” Em seguida, ele informa: “Jane, as receitas precisam ser impressas, por classificação e também por mercado.” A cena é, então, cortada para Jane imprimindo as receitas solicitadas.

Essa interação revela um *ethos* discursivo “secretária doméstica”, alicerçado em estereótipos que reduzem seu papel a funções operacionais e inferiores, desvalorizando sua competência e capacidade profissional. Jane é retratada realizando tarefas como organizar o ambiente, preparar o café e providenciar materiais, atividades que são tradicionalmente associadas a papéis femininos de suporte, semelhantes aos de uma “dona do lar”.

Segundo Godoy (2015, p.25 *apud* Carvalho, 2022, p. 17), “a expressão ‘dona do lar’ se refere a um trabalho doméstico não remunerado que limita a atuação da mulher no interior de seu lar, sem perspectivas de crescimento econômico, intelectual e social”.

Esse *ethos* “secretária doméstica” reverbera imaginários sociais arraigados em que a mulher é vista como aquela que cuida exclusivamente da casa, sendo excluída da participação ativa na sociedade, um papel reservado aos homens.

Ressalte-se que Amossy (2008) argumenta que

A questão do *ethos* não se limita à autoridade e à confiabilidade desse ou daquele enunciador, [...] ele apresenta narradores e personagens que constroem cada qual uma imagem de si não só para seu(s) alocutário(s) ficional(is), mas também para o leitor suposto.

Na cena, o *ethos* da personagem Jane é construído sob a influência desses estereótipos, tanto pela narrativa quanto pela interação com o colega, que a trata de forma reducionista, ignorando qualquer complexidade ou valor maior em sua função.

Conforme Carvalho (2022, p. 19),

O estereótipo patriarcal correlaciona o feminino a atividades operacionais, que são tidas por muitos como inferiores por se tratar de atividades simples, visualizando a mulher como não capacitada para exercer a mesma atividade que um homem. Sendo assim, isso mostra que a mulher saiu da atividade do lar, mas as atividades “do lar” não saíram dela.

A visão patriarcal se reflete na desvalorização do trabalho de Jane, cuja função de secretária é tratada de forma simplificada e desprovida de prestígio. O *ethos* construído na cena reforça a ideia de que o papel da secretária é meramente uma extensão do espaço doméstico, não permitindo que ela seja vista como uma profissional complexa e estratégica. Essa forma de representação reforça uma visão restritiva e patriarcal do trabalho feminino, reduzindo-o a tarefas rotineiras e mecânicas. Isto é, invisibiliza a atuação mais ampla e significativa que essa secretária executiva desempenha no contexto organizacional.

Figura 2 – Cena dois



Fonte: A Assistente (2021)

A cena escolhida para análise ocorre entre 8 minutos e 24 segundos e 10 minutos e 48 segundos do filme. Nessa sequência, Jane está visivelmente sobrecarregada, carregando diversos papéis com a agenda do chefe, enquanto outros secretários executivos enfrentam dificuldades ao atender ligações importantes direcionadas ao presidente da empresa. O primeiro secretário atende as chamadas dizendo: "Escritório do... um momento, por favor." Logo depois, outro funcionário interage: "Tenho o Tony na um." Essas trocas revelam um ambiente de trabalho altamente pressionado e desorganizado. Em determinado momento, Jane também se envolve em várias chamadas, buscando soluções para a logística da viagem. Ela entra em contato com Gary, solicitando confirmações sobre o voo: "Olha, tivemos de mudar... saindo de Teterboro hoje às 23h e... a que horas ele chega em Los Angeles?". Gary confirma a situação, e Jane respira aliviada, até enfrentar um novo obstáculo: o motorista John, responsável por um dos transportes, está de licença médica. Jane, rapidamente, tenta encontrar uma solução, mas se depara com a falta de motoristas disponíveis.

A tensão aumenta quando seu chefe chega ao escritório e solicita o novo roteiro: "Cadê o novo roteiro? Quero isso antes de entrar no avião." Finalmente, após inúmeras tentativas, Jane consegue resolver o problema de transporte, respirando aliviada ao garantir que o irmão de Javier assumirá a tarefa.

Essa sequência destaca a sobrecarga de trabalho enfrentada por Jane, evidenciando como seu *ethos* é reduzido a uma imagem de eficiência operacional, sem o devido

reconhecimento de suas competências abrangentes. A pressão constante e a necessidade de resolver problemas logísticos demonstram o peso do trabalho que Jane realiza, mas seu papel é frequentemente visto apenas como assistência, minimizando suas habilidades intelectuais e de gerenciamento.

Esse *ethos* “secretária operacional” reforça a percepção de que sua função se restringe a resolver problemas práticos e executar tarefas, ignorando-se seu potencial estratégico e de liderança. Jane é retratada como uma profissional eficiente e ágil, porém confinada a um espaço em que suas ações são valorizadas somente no nível técnico e prático, sem que sua capacidade de organização e tomada de decisão seja vista como uma contribuição fundamental para o sucesso da empresa. Essa imagem de "operacionalidade" é arraigada ao imaginário social em relação às atividades exercidas pelas secretárias, uma vez que são vistas como as solucionadoras de problemas do cotidiano, ignorando-se, de certo modo, o seu significativo papel junto ao planejamento e à condução de processos complexos.

De acordo com o Código Brasileiro de Ocupações (CBO), secretárias executivas:

Assessoram os executivos no desempenho de suas funções, atendendo pessoas (cliente externo e interno), gerenciando informações, elaboram documentos, controlam correspondência física e eletrônica, prestam serviços em idioma estrangeiro, organizam eventos e viagens, supervisionam equipes de trabalho, gerem suprimentos, arquivam documentos físicos e eletrônicos auxiliando na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões (Ministério do Trabalho e Emprego, 2002).

Em síntese, a representação de Jane, apesar de sua competência e capacidade de lidar com múltiplas tarefas sob pressão, reafirma a visão tradicional e limitada da profissão de secretária executiva. O *ethos* construído na cena reflete um contexto de trabalho em que as funções administrativas e de suporte são frequentemente desconsideradas em termos de prestígio e reconhecimento, evidenciando a necessidade de uma reavaliação da valorização do trabalho das secretárias executivas dentro do ambiente corporativo. Jane é vista como operacional e eficiente, mas suas contribuições mais amplas, como a capacidade de gestão e planejamento, são invisibilizadas, perpetuando um estereótipo que reduz a secretária a tarefas simples e mecânicas.

Figura 3 – Cena três



Fonte: A Assistente (2021)

A cena analisada ocorre entre 15 minutos e 15 segundos e 18 minutos e 21 segundos do filme. Esta análise oferece uma visão aprofundada da desvalorização e do assédio enfrentados por Jane em seu ambiente de trabalho. A interação inicia-se com um gesto desrespeitoso: o secretário joga uma bolinha de papel nela, estabelecendo imediatamente um tom de menosprezo e banalização de sua presença. O referido ato simboliza a falta de consideração e respeito pelos papéis e responsabilidades de Jane no escritório, reduzindo-a a uma figura quase que invisível.

O *ethos* de Jane, nesta cena, é o de uma profissional constantemente subjugada e desvalorizada, sendo reduzida a uma função de suporte que não corresponde à sua real competência. O comportamento do colega de trabalho, que solicita que Jane resolva uma questão pessoal envolvendo a esposa do chefe, evidencia o abuso de poder e a ausência de profissionalismo no ambiente de trabalho. Na construção da cena, o colega está despreocupado, com os pés sobre a mesa e comendo, enquanto Jane, constrangida e pressionada, lida com a situação. A cena reforça a construção de um *ethos* de secretária executiva “submissa”, por meio do qual Jane é vista apenas como alguém que deve executar tarefas inferiores, sem espaço para exercer sua autonomia ou capacidade profissional.

A resposta de Jane ao questionar "Por que eu?" evidencia a desconexão entre suas funções reais e as demandas que lhe são impostas. Ela percebe que seu papel profissional está

sendo subvertido, e sua pergunta reflete a frustração de ser constantemente vista como alguém cuja única função é resolver problemas secundários. Esse questionamento de Jane evoca um *ethos* de resistência contida, embora ela demonstre insatisfação com a situação, ainda se sente obrigada a aceitar esse papel subalterno. A resposta do secretário, que age como se fosse óbvio que essa tarefa fosse dela, reforça a percepção de que o trabalho de Jane é menos importante e suas competências são subestimadas.

A tensão se intensifica quando Jane entra em contato com a esposa do chefe e, com visível desconforto, tenta resolver o problema dos cartões de crédito. A frustração da esposa é descarregada em Jane, colocando-a em uma posição ainda mais desconfortável e vulnerável. A esposa é enfática: "Não é o banco. É ele", sugerindo que o problema é pessoal e não deveria ser resolvido por Jane, uma profissional. Ela continua demonstrando sua frustração: "Você não está me ouvindo. Não é só sobre os cartões, é sobre o respeito que ele deveria me mostrar!". Nesse particular, o *ethos* de Jane continua a ser forjado pela sua condição de "intermediária", assumindo responsabilidades que vão além de suas atribuições, o que reforça sua posição desvalorizada no ambiente corporativo.

De acordo com Nascimento, Motta e Nascimento (2021, p. 468):

O assédio moral nas relações de trabalho pode ser definido como repetidos comportamentos, ações e práticas hostis dirigidos a um ou mais trabalhadores de forma consciente ou inconsciente, que podem trazer danos à integridade psíquica ou física do indivíduo, além de interferir no desempenho e no ambiente de trabalho (Hirigoyen, 2010 *apud* Nascimento; Motta; Nascimento, 2021).

A desvalorização de Jane culmina com a reação agressiva do chefe, que a repreende de forma humilhante ao afirmar que "encher a cabeça dela com essa baboseira não é o seu trabalho". Ele a instrui a voltar para o que realmente sabe fazer, como pedir saladas, uma frase que reforça estereótipos de gênero sobre sua profissão, limitando seu valor a funções banais e de baixa relevância. Essa fala do chefe intensifica a construção do *ethos* de Jane como alguém constantemente colocado em uma posição de inferioridade, onde suas capacidades são ignoradas, e seu valor é reduzido a atividades simples e quase insignificantes. Esse discurso é um reflexo claro da visão estreita e redutora que o chefe tem sobre o papel de Jane, minando sua identidade profissional.

No final da cena, a humilhação torna-se ainda mais pessoal. Jane é forçada a escrever um e-mail de desculpas, sob a orientação do outro secretário, que ainda lhe sugere adicionar um pedido de desculpas mais submisso. Isso reforça o *ethos* de Jane como uma figura subjugada, obrigada a se conformar com um papel de submissão extrema para manter seu

emprego e evitar conflitos maiores. A pressão emocional e psicológica que Jane enfrenta é o ponto central, onde o *ethos* de conformidade e submissão lhe é imposto, levando-a a prometer que não decepcionará a empresa, mesmo com sua competência e dignidade constantemente atacadas.

Portanto, o *ethos* de Jane é caracterizado pela submissão, subserviência e constante desvalorização profissional. Embora ela possua habilidades, sua identidade como profissional é diminuída e marginalizada, sendo obrigada a ocupar uma posição de constante conformidade frente a demandas que não condizem com seu real papel dentro da organização.

Figura 4 – Cena quatro



Fonte: A assistente (2021)

No intervalo de 44 a 55 minutos do filme, ocorre um momento crítico que ilustra a tensão crescente no ambiente de trabalho de Jane. A trama revela que o chefe de Jane tomou a decisão controversa de contratar uma nova secretária executiva, cuja falta de formação e experiência na área é evidente. Este desenvolvimento provoca uma reflexão significativa em Jane, especialmente considerando o histórico de comportamento abusivo e explorador de seu chefe. O impacto desta contratação em Jane é notável. Ela se vê compelida a buscar respostas e apoio no departamento pessoal, evidenciando sua crescente insatisfação e desconforto com a situação. Ao chegar ao departamento, a interação entre Jane e a secretária que a atende é repleta de nuances que merecem análise.

Jane inicia a conversa com uma pergunta direta: “Eu queria saber se tem alguém livre?” Este questionamento reflete seu estado de inquietação e urgência. A resposta da secretária, “Eu me lembro de você, fiz sua admissão, mas não vejo nada marcado pra você,” indica uma tentativa de manter o profissionalismo diante de uma situação desconfortável. A secretária, que claramente lembra de Jane, segue um protocolo de atendimento, oferecendo uma cadeira e informando, “Tá legal, sente-se. Tem uma cadeira ali.”

Após a cena em que Jane busca apoio no departamento pessoal, o filme avança para um encontro significativo com o diretor de Recursos Humanos, Wilcock. Quando Jane entra na sala de Wilcock, o diretor demonstra uma postura receptiva e atenciosa, dizendo: “Bem-vinda. Sente-se.” Sua observação cuidadosa da inquietação de Jane é um indicativo de sua tentativa de criar um ambiente confortável para ela. Wilcock, percebendo a tensão de Jane, pergunta: “Quer tirar o seu casaco?” Embora Jane não retire o casaco, optando apenas por despir-se do cachecol, essa pequena ação simboliza a abertura para uma conversa mais íntima e sincera.

Jane, claramente nervosa, inicia a conversa com uma expressão de incerteza: “Eu não sabia a quem recorrer.” Wilcock responde de maneira encorajadora: “Então veio ao lugar certo. Diga.” A resposta de Jane, mostrando nervosismo e hesitação, é rapidamente acalmada pela insistência de Wilcock em ouvir o que ela tem a dizer: “O que quer que seja, pode me dizer. É para isso que estou aqui.” Este momento é vital, pois revela a disposição de Wilcock em ouvir e considerar as preocupações de Jane, estabelecendo um contraste com a falta de apoio que ela sentiu anteriormente.

Jane começa a relatar suas preocupações sobre a nova secretária, destacando as aparências e as circunstâncias de sua contratação. Ela descreve a nova funcionária como “muito bonita e jovem,” e menciona seu passado como garçonete em Sun Valley antes de ser contratada pelo chefe de Jane. Segundo Jane, a nova secretária não possui experiência relevante para a função e foi trazida de Boise para ocupar o cargo.

O relato de Jane, que inclui detalhes sobre a nova funcionária ser hospedada em um hotel, serve para enfatizar o favoritismo e as “mordomias” que ela observa. Wilcock então questiona: “Essa garota fez alguma coisa para você? Acha que ela fez alguma coisa para prejudicar a empresa?” A indagação de Wilcock, “jovem demais para ser uma secretária?”, é uma tentativa de discernir se o desconforto de Jane é apenas uma questão de idade ou se há algo mais profundo envolvido. A resposta de Jane, “não, não. Quer dizer, acho que não,”

sugere que seu desconforto não é diretamente com a nova secretária, mas sim com a situação geral e o comportamento do chefe.

Jane menciona que deixou a nova secretária no The Mark, um hotel, e relata que, ao voltar ao escritório, tanto o chefe quanto a secretária estavam ausentes por um período significativo. Esta ausência e a suposta reunião no hotel intensificam as suspeitas de Jane, levando-a a questionar se há uma conexão imprópria entre o chefe e a nova funcionária. Wilcock, em sua resposta, continua a buscar clareza sobre as implicações da situação, questionando se Jane estava procurando pelo chefe ou se a ausência deles poderia ser interpretada como algo mais suspeito.

A cena em questão revela uma interação significativa entre Jane e Wilcock, o diretor de Recursos Humanos, que começa a se desviar do foco inicial das preocupações de Jane. Inicialmente, Wilcock, ao perceber a agitação de Jane, pergunta: O que ela fez para você? Jane, com firmeza, responde que nada. Wilcock, tentando redirecionar a conversa, questiona: “Você falou com ela?” Jane confirma que a única interação que teve foi no caminho para o hotel e afirma: Quando eu descobri, vim direto para cá. O questionamento de Wilcock, “Desculpa, o que você descobriu?”, reflete sua tentativa de esclarecer o motivo da urgência de Jane. Jane, ainda preocupada, pergunta: “O que podemos fazer?” Esta pergunta demonstra seu desespero e desejo de encontrar uma solução para a situação que percebe como injusta. A resposta de Wilcock, que começa a se mostrar impaciente, indica uma mudança no tom da conversa. Ele gradualmente percebe que Jane está alertando sobre um comportamento abusivo de seu chefe e a possibilidade de que a nova secretária tenha sido contratada para facilitar um caso pessoal.

À medida que a conversa avança, Wilcock se torna cada vez mais condescendente e debochado, minimizando as preocupações de Jane e tratando-a com desdém. Sua atitude revela uma tentativa de desviar a responsabilidade das acusações contra o chefe e de desvalorizar a seriedade das preocupações de Jane. Esta mudança no comportamento de Wilcock não só demonstra uma resistência a reconhecer a gravidade das alegações de Jane, mas também reflete uma postura comum em ambientes corporativos onde o machismo e a proteção de superiores prevalecem.

A cena destaca dois aspectos cruciais da dinâmica de poder e ambiente de trabalho. Primeiro, o machismo implícito na reação de Wilcock sublinha como questões de gênero e favoritismo podem influenciar o tratamento dado às funcionárias. Wilcock não só

desconsidera a experiência e formação de Jane, mas também ridiculariza sua posição, indicando uma clara falta de respeito e consideração por suas preocupações legítimas.

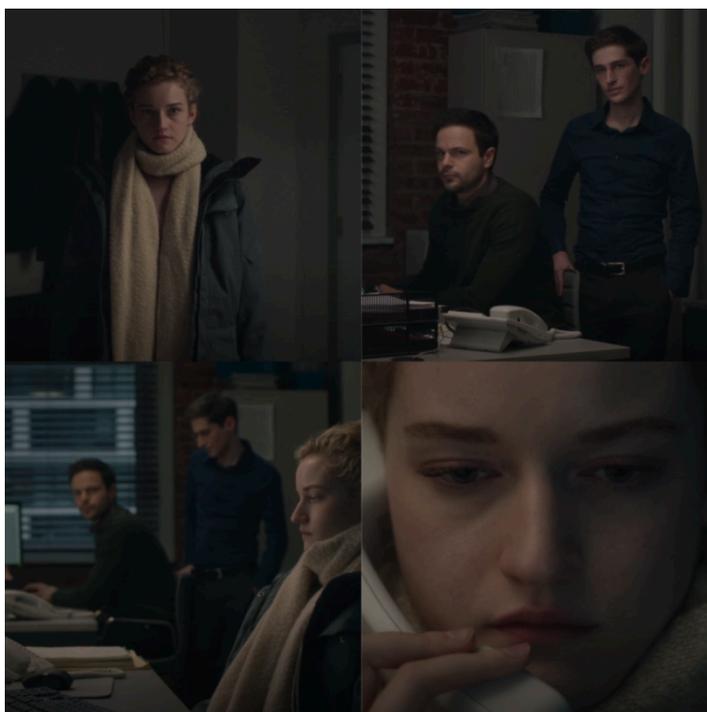
Em segundo lugar, o *ethos* da “secretária invejosa” é explorado através do diálogo. A empresa parece indiferente à formação acadêmica e experiência da nova funcionária, sugerindo que a adequação para o cargo de secretária não está relacionada a habilidades ou qualificações, mas sim à capacidade de satisfazer as demandas do chefe.

Como observado por Auchlin (2001, p. 93):

a noção de *ethos* é uma noção com interesse essencialmente prático, e não um conceito teórico claro (...) Em nossa prática ordinária da fala, o *ethos* responde a questões empíricas efetivas, que têm como particularidade serem mais ou menos co-extensivas ao nosso próprio ser, relativas a uma zona íntima e pouco explorada de nossa relação com a linguagem, onde nossa identificação é tal que se acionam estratégias de proteção.

Isso reflete uma visão utilitária e machista que valoriza o atendimento das necessidades pessoais do superior em detrimento da competência profissional. Portanto, a cena oferece uma crítica ao ambiente corporativo que, ao ignorar as qualificações profissionais e promover uma cultura de favoritismo e machismo, perpetua um ciclo de abuso e desigualdade. A interação entre Jane e Wilcock revela como a proteção dos interesses dos superiores e a falta de suporte institucional podem resultar em um ambiente de trabalho tóxico e desrespeitoso.

Figura 5 – Cena cinco



Fonte: A Assistente (2019)

A cena 5, que ocorre aos 58 minutos e 31 segundos, é fundamental para a compreensão das dinâmicas de poder e das relações interpessoais dentro da trama. Neste momento, Jane retorna à sua sala, a qual divide com assistentes de produção cinematográfica. Ao entrar, é recebida por seus colegas com uma oferta de apoio, refletindo a tensão crescente: “Sabe que pode falar com a gente, né? Fale com a gente primeiro, certo?” A resposta silenciosa de Jane, que se limita a um olhar e a se sentar em sua cadeira, sugere um estado de desconforto e desamparo.

A cena toma um rumo mais dramático quando o telefone de Jane toca, revelando que é o chefe, que inicia uma conversa carregada de hostilidade. O chefe, em um tom acusatório e agressivo, diz: “Não vou gritar com você. Porque você não é digna disso. Porque nem teve a maldita cortesia de falar comigo sobre a fantasia estúpida que decidiu criar em cima de mim. Então deixa eu te perguntar: quer manter esse emprego? Certo, então me mande um maldito pedido de desculpas.” A análise dessa cena revela vários aspectos importantes sobre a estrutura de poder e a comunicação no ambiente de trabalho. Primeiramente, a recepção dos assistentes de produção e o subsequente telefonema do chefe ilustram a tensão e o conflito subjacente nas relações profissionais de Jane. A oferta de apoio dos assistentes demonstra uma tentativa de solidariedade em um momento de crise, mas a resposta de Jane é marcada pela reticência, indicando sua hesitação em compartilhar suas preocupações ou buscar ajuda ativa.

O telefonema do chefe, por outro lado, expõe uma dinâmica de poder abusiva e desrespeitosa. A fala do chefe não apenas desconsidera a dignidade de Jane, mas também reflete uma falta de comunicação e respeito, evidenciado pelo uso de termos depreciativos como “fantasia estúpida” e “maldito pedido de desculpas.” A demanda de um pedido de desculpas sob ameaça de perda de emprego revela um *ethos* de “secretária oprimida”, gerada por uma tentativa de controle e uma estratégia de intimidação, onde o chefe utiliza o poder para reforçar sua autoridade e minimizar a posição de Jane.

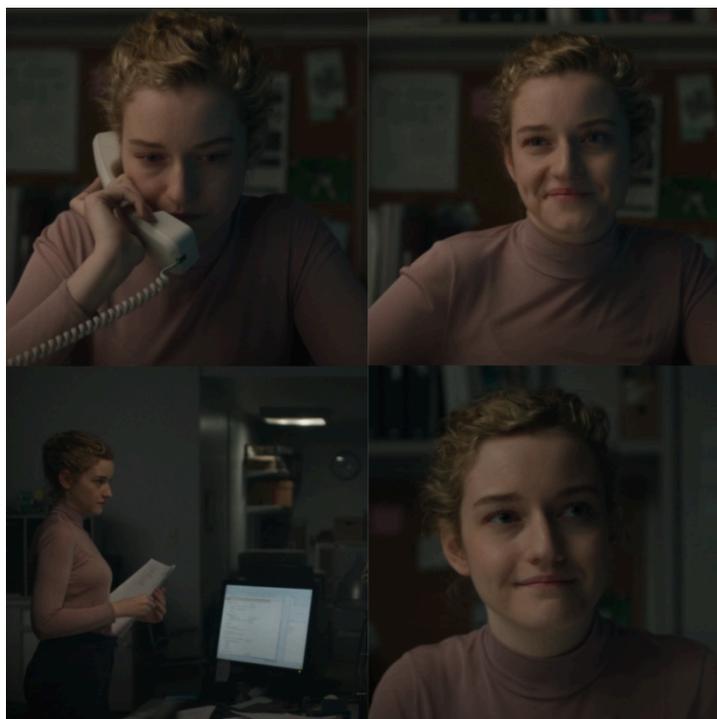
Este ambiente de trabalho é um exemplo claro de como a violência psicológica pode ser um fator de risco para a saúde dos trabalhadores. Como afirmam Heloani e Barreto (2010):

Quando a violência psicológica ocorre no ambiente de trabalho torna-se um dos fatores psicossociais que constituem um risco, visível ou invisível, à saúde, provocando mal-estar. A violência no trabalho pode estar contida de forma insidiosa na cultura organizacional, sendo que o indivíduo afetado pode desenvolver inúmeras

doenças, inclusive transtornos mentais, havendo alto risco de suicídio para as vítimas (Heloani; Barreto, 2010).

A cena retrata como o abuso de poder e a intimidação podem criar um clima de medo e submissão, afetando profundamente o bem-estar emocional e psicológico dos funcionários. Portanto, a análise da cena 5 oferece uma visão crítica das dinâmicas de poder no ambiente de trabalho, sublinhando o efeito corrosivo de práticas abusivas e a importância de uma comunicação respeitosa e equitativa para o bem-estar dos funcionários. A interação entre Jane e seu chefe ilustra não apenas o impacto emocional e psicológico de tal ambiente, mas também ressalta a necessidade de reconhecer e combater a violência psicológica para promover um ambiente de trabalho saudável e justo.

Figura 6 – Cena seis



Fonte: A Assistente (2021)

Na cena 6, que ocorre às 01 hora, 5 minutos e 31 segundos, o foco se desloca para o escritório de Jane, onde ela está ocupada confirmando detalhes para a viagem de seu chefe. Neste momento, Jane interage com Amir, um colega de trabalho e motorista do chefe. A conversa entre eles revela aspectos significativos sobre o reconhecimento no ambiente profissional e a ambivalência emocional de Jane. Durante a conversa, Amir comenta sobre o respeito que o chefe tem por Jane, dizendo: Você trabalha duro. Ele te respeita por isso. Jane,

visivelmente surpresa, pergunta: Ele disse isso? Ao que Amir confirma: Sim. Ele disse que você é inteligente, muito inteligente. Jane expressa seu agradecimento, mas a cena permite uma análise mais profunda do impacto desse reconhecimento em sua psique.

A conversa revela que o reconhecimento do trabalho árduo de Jane, especialmente no papel de secretária executiva, vem através de terceiros, em vez de uma comunicação direta do chefe. Esse reconhecimento indireto é um tema crítico nesta cena, pois destaca um contraste entre a valorização do trabalho de Jane e a falta de *feedback* direto de seu superior, revelando um *ethos* “secretária executiva melancólica”. Embora a confirmação das qualidades de Jane por Amir possa proporcionar um alívio, ela também carrega uma dimensão de tristeza. O fato de Jane precisar depender de um colega para ouvir elogios sobre seu desempenho ressalta a ausência de um sistema de reconhecimento e *feedback* eficaz na estrutura hierárquica da empresa.

Além disso, a cena retrata um misto de emoções em Jane. O alívio de saber que seu trabalho é apreciado é contrabalançado pela tristeza, refletindo a complexa realidade de ser reconhecida por suas qualidades profissionais, mas não recebendo o devido reconhecimento diretamente do chefe. Este reconhecimento indireto sublinha o valor de seu desempenho, mas também enfatiza a desconexão entre a eficácia de Jane no cargo e o suporte pessoal e institucional que ela recebe.

Portanto, a cena 6 oferece uma perspectiva crítica sobre a dinâmica de reconhecimento no ambiente de trabalho. Ela ilustra como o valor profissional de um funcionário pode ser reconhecido indiretamente, revelando a importância de um *feedback* direto e construtivo para o bem-estar e a motivação dos empregados. A interação entre Jane e Amir destaca a necessidade de uma comunicação mais aberta e valorizadora dentro das estruturas corporativas para promover um ambiente de trabalho mais justo e motivador.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nos permitiu compreender como o *ethos* secretária executiva é construído no filme “A Assistente”, a partir das relações estabelecidas entre personagem principal, estratégias discursivas e feminismo.

No que se refere aos objetivos específicos, pudemos identificar e analisar, por meio das cenas que compõem o *corpus*, a veiculação de diferentes tipos de *ethos* como, por exemplo: *ethos* da “secretária doméstica”; *ethos* da “secretária operacional”; *ethos* da

“secretária submissa”; *ethos* da “secretária invejosa”; *ethos* da “secretária oprimida” e o *ethos* da “secretária melancólica”.

Nesse particular, constatamos que a personagem é retratada majoritariamente pelo viés operacional, eivado de submissão, subserviência e constante desvalorização profissional. Também observamos que o contexto de enunciação é fundamental para abordarmos a relação estabelecida entre os diálogos, os comportamentos sociais e as situações que a personagem enfrenta, uma vez que esses elementos nos permitiram abordar a resistência e a resiliência da personagem diante dos desafios impostos em seu cotidiano secretarial.

Os pressupostos teóricos sobre feminismo, especialmente em suas diferentes ondas e abordagens, foram essenciais para compreendermos como a narrativa do filme reflete e amplifica questões de gênero, a luta pela igualdade e a autonomia das mulheres, e como esses pilares se vinculam à representação da profissão.

Com base nas análises desenvolvidas, conclui-se que o filme “A Assistente” é uma fonte primordial para que, nós, interlocutores, possamos refletir criticamente sobre poder e relações de gênero no espaço de trabalho corporativo, sobretudo em relação ao exercício da profissão de secretária executiva. A narrativa e as cenas do filme são demonstrações de como as normas patriarcais e os estereótipos de gênero condicionam e limitam a mulher a exercer essa profissão.

O machismo no filme é retratado por meio do tratamento desvalorizante e desrespeitoso que a protagonista recebe, pois, ao enfrentar uma série de desafios impostos por um ambiente corporativo dominado por homens, ocorre a limitação da autonomia e do reconhecimento profissional da mulher.

Nossas análises revelam que a narrativa do filme reforça estrategicamente diversos estereótipos patriarcais ao apresentar a secretária executiva e seus respectivos conflitos no ambiente organizacional. Isto é, tanto o enredo quanto as representações analisadas demonstram como essas representações moldam a percepção do público sobre a profissão e a realidade das secretárias, uma vez que a representação cinematográfica é atravessada por estereótipos de gênero existentes em nosso cotidiano, evidenciando a importância de uma abordagem crítica e reflexiva ao retratar profissões predominantemente femininas no cinema.

Além disso, esta pesquisa se mostrou essencial para fomentar uma reflexão crítica e ética sobre nossa formação como bacharéis em Secretariado Executivo, bem como sobre nossas experiências e atuações em diferentes contextos organizacionais. Através dela, pudemos aprofundar nossa análise sobre conceitos, técnicas, habilidades e competências fundamentais para o exercício da profissão.

Esse processo nos incentiva a questionar estereótipos e dinâmicas de poder presentes nas organizações, preparando-nos para atuar de maneira mais consciente e responsável em nossas futuras carreiras. Assim, a investigação não apenas enriquece nossa formação acadêmica, mas também nos empodera para contribuirmos de forma significativa para o ambiente profissional e social.

Para futuras pesquisas, recomenda-se ampliar o estudo para incluir uma análise de outros filmes que retratam secretárias executivas em diferentes contextos organizacionais e esferas sociais, uma temática ainda pouco explorada na área de Análise do Discurso e também de Secretariado Executivo. Outrossim, outras pesquisas que envolvam a realização de entrevistas e a aplicação de questionários para investigar como diversos grupos sociais percebem a forma como os estereótipos podem ser reforçados e desconstruídos em produções cinematográficas. Acreditamos que essas abordagens contribuirão para a compreensão dos impactos da representação no cinema e, por conseguinte, para um debate mais amplo sobre a influência cultural, histórica e social dessas narrativas na construção da identidade profissional da secretária executiva.

REFERÊNCIAS

ADELINO, Francisca Janete; SILVA, Maria Aparecida Vito. A tecnologia da informação como agente de mudança no perfil profissional de secretariado. **Revista de Gestão e Secretariado - GeSec**, São Paulo, v. 3, n. 2, p 05-23, jul./dez. 2012.

A ASSISTENTE. Direção: Kitty Green. Produção: Kitty Green, Scott Macaulay, James Schamus. Elenco: Julia Garner, Matthew Macfadyen, Makenzie Leigh, Kristine Froseth. [S.l.]: Amazon Prime, 2021. 1 vídeo (1h 28 min), son., color.

ÁLVAREZ, Sonia. El Feminismo en la Tercera Ola: Nuevas Perspectivas y Desafíos. In: **Feminismos Contemporâneos**. São Paulo: Editora XYZ, 2014. p. 55-78.

AMOSSY, Ruth (org). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tecnoprint Ltda., 1998.

AUCLIN, Antoine. Ethos et expérience du discours: quelques remarques. In: M. WAUTHION; SIMON (ed.). **Politesse et idéologie**. Rencontres de pragmatique et de rhétorique conversationnelle. Louvain: Peeters, 2001. p. 77-95.

BANDEIRA, Lourdes M.; SIQUEIRA, Deis. A perspectiva feminista no pensamento moderno contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.2, n. 3, p.263- 264, 1997.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985.** Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7377.htm. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.261, de 10 de janeiro de 1996.** Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9261.htm. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. **Parecer nº CNE/CES 67/2003.** Disponível em:https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Par_CES_67_110303.pdf. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 3, de 23 de junho de 2005.** Disponível em:http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_05.pdf. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm. Acesso em: 02 jul. 2024.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. 171 p.

CAMPOI, I. C. Direitos das mulheres e injustiça dos homens de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História**, v. 30, n. 2, p. 196-213, ago./dez. 2011.

CARVALHO, Pamela Bessa. **A influência dos estereótipos patriarcalistas propagados pelo cinema contemporâneo sobre a profissão de secretariado executivo.** 2022. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em:https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/68873/1/2022_tcc_pbcarvalho.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo.** Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS SECRETÁRIAS E SECRETÁRIOS – FENASSEC. Curitiba: [s.l.], 1988. Disponível em: <https://fenassec.com.br/site/>. Acesso em: 31 ago. 2024.

FONSECA, Elisandra C. da; PARRA, Priscila S.; AZEVEDO, Maurício S. de; LOPES, Paulo C. A secretária executiva no processo de governança corporativa na empresa familiar. **Revista de Gestão e Secretariado- GeSec**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 01-24, jan./jun. 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 12. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo.** São Paulo: Editora Claridade, 2011.

- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HELOANI, J. R. M.; BARRETO, M. M. S. Aspectos do trabalho relacionados à saúde mental: assédio moral e violência psicológica. In: GLINA, D. M. R.; ROCHA, L. E. (Orgs.). **Saúde mental no trabalho: da teoria a prática**. São Paulo: Rocca, 2010. p. 31-48.
- KOLLING, Sarajane; FROHLICH, Samantha; VIGORENA, Debora Andrea Liessem. Trabalho remoto durante a pandemia da Covid-19: um estudo com egressos de Secretariado Executivo. **Revista SCRIBES**, Viçosa, MG, v. 3, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2022.
- LASTA, Adriane; DURANTE, Daniela Giareta. **A gestão secretarial no cenário organizacional contemporâneo**. Disponível em: <https://www2.unifap.br/executivo/files/2013/06/10-Gest%C3%A3o-Secretarial-caracteristicas-e-influ%C3%A2ncias-nas-organiza%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.
- LINARD, Larissa Lisboa. **A influência da tecnologia na atuação dos estudantes e profissionais de secretariado executivo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/68869/1/2022_tcc_llinard.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.
- MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. Tradução de Luciana Salgado. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Org.). **Ethosdiscursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARTINS, Heloisa Helena T. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Revista Educação e pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- MATOS, M. C. **O feminismo e a nova ordem: uma análise da quarta onda no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
- MATOS, Maria Izilda. História das mulheres e gênero: uso e perspectivas. **Caderno Espaço Feminino**, v.3, n.1/2, 1997.
- MEDEIROS, João Bosco; HERNANDES, Sonia. **Manual da secretária**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MELO, Kelly Cristhie Rocha de. **Os impactos do home office na vida das mulheres trabalhadoras antes e durante a pandemia de COVID-19, no Brasil: uma revisão sistemática da literatura**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Administração) - Faculdade de Gestão e Negócios, da Universidade Federal de Uberlândia, 2021.
- MENEZES, V. **Metodologia da pesquisa qualitativa: fundamentos e práticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- MIGUEL, L. M.; BIROLI, F. **O feminismo e a política no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Busca por Título**. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>. Acesso em: 15 set. 2024.

MIRANDA, Cynthia Mara. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil e no Canadá. Interfaces Brasil/Canadá: **Revista Brasileira de Estudos Canadenses**, Canoas, v. 15, n. 1, p. 347-385, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/6721>. Acesso em: 06 set. 2024.

NONATO JÚNIOR, R. **Epistemologia e teoria do conhecimento em secretariado executivo: a função da ciência da assessoria**. Fortaleza: Expressão, 2009.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Histórico da pandemia COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 15 set. 2024.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

PRÁ, Jussara Reis. O feminismo como teoria e como prática política. In: **Mulher: estudos de gênero**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1997.

QUEIROZ DE PAULA, Carla de Fátima Nascimento; MOTTA, Ana Carolina de Gouvêa Dantas; NASCIMENTO, Rejane Prevot. O assédio moral nas organizações: as consequências dessa prática para a sociedade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 142, p. 467-487, set./dez. 2021.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 11, p. 89-98, 2013.

REIS, Ana Carolina Gonçalves. **Imagens e imaginários da profissão de secretariado na revista Excelência**. 2012. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

REIS, Ana Carolina Gonçalves; MARREIRO, Betânia Aparecida de Almeida. Concepções em torno da profissão de secretariado executivo: uma análise discursiva crítica. **Revista de Estudos e Pesquisas em Administração e Contabilidade**, v. 3, n. 3, p. 103-125, 2018. ISSN eletrônico 2595-3494.

RODRIGUES, Lucélia Cerqueira da Silva; MUCHAEL, Maria Leticia Pinto Dicuch; SOARES, Nandra Martins. Tecnologia e aprendizagem: uma realidade durante a pandemia do COVID-19. **Recima21**, v. 4, n. 3, p. 123-145, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/2977/2159>. Acesso em: 05 set. 2024.

SABINO, Rosimeri Ferraz; MARCHELLI, Paulo Sérgio. O debate teórico-metodológico no campo do secretariado: pluralismos e singularidades. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 1-20, dez. 2009.

SANTOS, Magda Guadalupe. O Feminismo no Brasil: Contextos e Perspectivas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 59, n. 1, p. 33-47, 2016.

SIQUEIRA, Carolina Bastos de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. As ondas dos feminismos e seu impacto no mercado de trabalho da mulher. **Revista Thesis Juris – RTJ**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 145-166, jan./jun. 2020.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade. In: **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.